

19

2019

**Revista
de História
da Sociedade
e da
Cultura**

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PIMENTEL, Irene Flunser, RAMALHO, Margarida de Magalhães (2016). *O comboio do Luxemburgo. Os refugiados judeus que Portugal não salvou em 1940*. Lisboa: A Esfera dos Livros, pp. 382, ISBN: 978-989-626-778-0.

Irene Flunser Pimentel é licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, mestre em História Contemporânea e doutorada em História Institucional e Política Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Em 2007, foi galaroada com o Prémio Pessoa pela obra *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em fuga de Hitler e do Holocausto* (2006) e, nos últimos anos, publicou trabalhos historiográficos de valor incalculável para o estudo da presença de refugiados em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial. É ainda autora e coautora de diversos livros e de artigos científicos. Margarida Magalhães Ramalho é licenciada em História, variante de História da Arte, pela Universidade de Lisboa, e desde 2000 que centra as suas investigações nas questões relativas aos refugiados da Segunda Guerra Mundial em Portugal. Foi comissária científica de várias exposições sobre o tema, em território nacional e no estrangeiro, sendo uma das responsáveis, juntamente com a Arquiteta Luísa Pacheco, pela materialização do Museu Vilar Formoso Fronteira da Paz (Almeida). Entre vários títulos, é autora de *Vilar Formoso Fronteira da Paz* (2014). São ambas investigadoras do Instituto de História Contemporânea (FCSH-UNL). Este livro de autoria conjunta – os dois primeiros e os dois últimos capítulos são da responsabilidade de Irene Pimentel e o terceiro capítulo ficou a cargo de Margarida Ramalho – é bastante inovador pois toca numa temática praticamente desconhecida e inexplorada da historiografia portuguesa do segundo quartel do século XX.

A obra encontra-se organizada em cinco capítulos, além do preâmbulo e da conclusão, contendo ainda fotografias e documentos históricos na parte central, uma lista de passageiros do terceiro transporte (elaborada a partir do cruzamento de dados de quatro listas distintas) e um capítulo de apêndices, no qual se transcrevem excertos de entrevistas a três sobreviventes realizadas pela USC Shoah Foundation, em 1995, e um outro testemunho dado por uma ex-refugiada no âmbito de uma palestra, no Luxemburgo, em 2013.

No 1 capítulo («A chegada de Hitler ao poder: Portugal e o Luxemburgo numa Europa de portas fechadas 1933-1939»), é traçado um quadro genérico da situação social e política na Europa desde a subida de Hitler ao poder na Alemanha, em janeiro de 1933, até ao início da Segunda Guerra

Mundial, em setembro de 1939. No período inicial do regime nazi, os judeus e os opositores políticos acreditavam que o radicalismo discursivo de Hitler não teria aceitação e, por isso, relativizaram a sua atuação. No entanto, rapidamente se aperceberam que estavam enganados. A partir de março de 1933, «os escritores, cientistas, filósofos e artistas opositores de Hitler e judeus foram perseguidos, sendo obrigados a procurar o exílio» (p. 22). Consequentemente, a Europa procurou fechar as suas portas ao crescente fluxo de refugiados: foi o que aconteceu no Portugal de Salazar, a partir de 1933, e no governo de Bech, no Luxemburgo, a partir do ano seguinte, com a restrição e o endurecimento da política de fronteiras. Todavia, o diálogo constante e fecundo entre as fontes e a bibliografia permitem à autora concluir que a situação dos refugiados europeus se complicaria a partir do ano de 1938, na sequência de acontecimentos como a «anexação» da Áustria, a Conferência de Evian e a *Kristallnacht*. Desta forma, e como refere Irene Pimentel, «a partir de 1938 e até à adopção da “Solução Final”, no termo de 1941, a política nazi contra os judeus incluía principalmente a discriminação, a retirada do espaço público, a arianização da sua propriedade e a expulsão dos judeus dos seus territórios, através do fomento da “emigração” forçada» (p. 53). O êxodo dos judeus e não-judeus para fora da Europa estava apenas a começar.

O capítulo seguinte (Capítulo 2), «A invasão e a ocupação do Luxemburgo, em 1940» analisa as invasões e ocupações alemãs dos principais países da Europa Setentrional (Noruega e Dinamarca) e Ocidental (Luxemburgo, Holanda, Bélgica e França), na primavera/verão de 1940. Como a obra se centra no caso particular de um transporte de refugiados luxemburgueses impedido de entrar pela fronteira de Vilar Formoso, em novembro de 1940, a invasão do Grão-Ducado do Luxemburgo e o consequente exílio do governo luxemburguês e da família grão-ducal são tópicos centrais. Não obstante, e compreendendo as alterações sociopolíticas resultantes da ocupação desse país pelas tropas alemãs, a autora não esquece a vaga de refugiados que chegou a Portugal, em grande parte devido à ação humanitária do cônsul português em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes, que, desobedecendo a ordens diretas do governo português, concedeu vistos de trânsito portugueses a todos os que fugiam do regime nazi. Contrariamente a outros autores, Irene Pimentel tem a preocupação de examinar a sua repartição pelos diversos espaços de acolhimento – zonas de «residência fixa», como os casos das Caldas da Rainha e da Figueira da Foz - não limitando a sua análise à grande Lisboa.

A recolha documental e bibliográfica para a preparação do que veio a ser o *Museu Vilar Formoso Fronteira da Paz*, permitiu levantar o véu de uma

temática praticamente desconhecida da historiografia portuguesa: a recusa, por parte do Governo português, da entrada em Portugal de um comboio com 293 passageiros, a esmagadora maioria apátrida, vindos do Luxemburgo. Desde agosto de 1940 que a comunidade judaica luxemburguesa, face ao avanço nazi no Ocidente europeu e ao crescente antissemitismo, organizava transportes de judeus para o território português. Contudo, nada fazia prever o que aconteceria em novembro desse ano. À chegada à estação fronteiriça de Vilar Formoso, os refugiados que viajavam no terceiro transporte – conhecido por «comboio maldito»¹ - foram proibidos, pelas autoridades portuguesas, de entrar em Portugal ficando, desta forma, cerca de dez dias encerrados dentro das carruagens em condições sanitárias e alimentares deploráveis. Em «O terceiro transporte» (Capítulo 3), é possível compreender as razões para a recusa da entrada deste comboio em território português. Tendo por base a consulta de documentação nacional e internacional, Margarida Ramalho explica como o governo português chegou mesmo a equacionar a possibilidade de fixar estas pessoas no Luso, mas a demonstração de superioridade dos oficiais da Gestapo na fronteira (entraram fardados e armados em território neutro, violando assim as regras internacionais) e a origem duvidosa dos documentos trazidos por estes estrangeiros, impediram a sua concretização (p. 145-147). Desta forma, o comboio foi obrigado a regressar a França e os seus passageiros foram internados no campo de Mousseroles, perto de Baiona. Apesar de terem sido libertados meses depois, poucos foram os que conseguiram partir para outros países. A grande maioria acabou por permanecer na França de Vichy e teve como destino os campos de extermínio, nos quais poucos sobreviveriam.

As últimas duas partes da obra dedicam-se ao estudo e à análise da questão dos refugiados nos anos que se seguem. A autora já não analisa apenas o fenómeno de refúgio para Portugal, com todos os seus constrangimentos e impedimentos burocráticos, mas explica realidades como a guetização e a deportação dos judeus luxemburgueses, levadas a cabo pelo regime nazi e pelos seus colaboradores. Todos estes processos históricos culminariam, entre 1942 e 1945, nos «terríveis anos do Holocausto no Luxemburgo» (p. 231). Na conclusão, Irene Pimentel regressa ao tema central da obra e explica que o facto de os refugiados luxemburgueses «virem munidos de vistos fraudulentos, comprados em Antuérpia» (p. 275) colocou entraves à sua entrada em Portugal, tal como, criou dificuldades ao seu embarque para os EUA, pois as autoridades deste país temiam a infiltração dos serviços de

¹ RAMALHO, Margarida de Magalhães (2014). *Vilar Formoso Fronteira da Paz*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida, p. 97.

espionagem do Reich. Assim, aqueles que não tinham conseguido escapar, sobretudo através de Portugal, acabariam, em muitos casos, por ter um destino trágico.

Um dos grandes contributos desta obra, senão mesmo o maior, é a desmistificação da atitude de Salazar face à presença de refugiados em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial. Contrariamente a algumas leituras desatentas ou até mesmo revisionistas, este trabalho procura mostrar como é falsa a ideia de que Salazar salvou todos os refugiados que procuraram abrigo em Portugal. Pelo contrário, o salazarismo causou transtornos e barreiras burocráticas a todos os que pretendiam usar este país do sudoeste atlântico como porta de saída da Europa ocupada. Importa ainda destacar o facto de este trabalho ter influenciado o planeamento e o percurso museológico do *Museu Vilar Formoso Fronteira da Paz* (Almeida), aberto ao público em 2017, e que possui seis núcleos expositivos dedicados à passagem de refugiados por Portugal durante a Segunda Guerra Mundial. De realçar ainda que esta obra se encontra sustentada numa bibliografia diversificada e atualizada e num vasto leque de documentação, nacional e internacional, permitindo uma leitura agradável que prende o leitor do princípio ao fim. Trata-se de uma investigação séria e cuidada sobre um tema que é praticamente desconhecido da historiografia portuguesa e, por isso, apresenta documentação inédita bastante elucidativa e útil a todos os investigadores de História Contemporânea. No entanto, é uma obra recomendada a todo o tipo de leitores, muito bem estruturada, em termos organizativos e temáticos, de teor interpretativo e problematizador, correlacionando os acontecimentos de uma forma clara e esclarecedora, o que permite a leitores não académicos uma visão global e abrangente sobre este período da História de Portugal.

CAROLINA HENRIQUES PEREIRA

CHSC-Universidade de Coimbra
Bolsista de Doutoramento da Fundação
para a Ciência e a Tecnologia
(Referência SFRH/BD/143217/2019).
carolinahenriques94@gmail.com